

Tarcísio recua do plano de dar mais poderes à Polícia Militar

Segurança pública

Tarcísio recua da intenção de aumentar poderes da PM

Decisão foi anunciada pelo secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, após protestos da Polícia Civil

MARCELO GODDY
PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, anunciou ontem um recuo no plano do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) de aumentar o poder da Polícia Militar, permitindo não só que a corporação passasse a fazer o registro dos chamados Termos Circunstanciados (TCs), bem como as diligências que fossem depois pedidas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Criados em 1995, os TCs substituem a prisão em flagrante de acusados de crimes de menor poder ofensivo, como as lesões corporais e as amea-

ças. Eles são usados para registrar os casos de crimes que têm como pena até dois anos de prisão. Atualmente, em São Paulo, esta é uma atribuição da Polícia Civil, que reagiu ao movimento e também ao fato de ter sido excluída de operação recente contra o PCC.

Ponto em discussão
Atualmente, PMs têm de ir até uma delegacia onde o termo circunstanciado é lavrado por um delegado

O plano da gestão Tarcísio, externado em uma ordem do subcomandante-geral da PM, coronel José Augusto Coutinho, era transferir essa tarefa para a PM, assim como a responsabilidade por executar as investigações complementares requisitadas nesses casos.

GRUPO DE TRABALHO. Diante desse quadro, o delegado-geral, Artur Dian, convocou uma

reunião extraordinária do Conselho da Polícia Civil. No encontro, realizado ontem, ficou demonstrado o "apoio total" dos diretores à reação de Dian contra o plano exposto pela PM. O delegado-geral e uma comissão de integrantes do conselho rumaram à sede da secretaria para se encontrar com Derrite.

Depois da reunião, Derrite anunciou o recuo do governo em vídeo distribuído para as redes sociais da polícia. Será constituído um grupo de trabalho, que terá dois representantes da PM, dois da Polícia Civil e dois da Polícia Técnico-Científica. Eles vão ter 45 dias para examinar a possibilidade de a PM fazer os TCs e estudar a adoção de um boletim de ocorrência único, uma reivindicação da Polícia Civil.

Segundo Derrite, não vai haver em São Paulo a invasão de atribuições de uma polícia pela outra. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8